

DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Actos publicados na I e II Série -

NEWSLETTER DIGESTO Nº 01/2011

Disponibilização: 17 de Janeiro de 2011

Período abrangido: 03 a 14 de Janeiro 2011

ÍNDICE TEMÁTICO

1. ADMINISTRAÇÃO ELECTRÓNICA E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

2. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- **PROTECÇÃO CIVIL**
- **SEGURANÇA PÚBLICA**

3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

4. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- **CAÇA**
- **FLORESTAS**
- **VETERINÁRIA**
- **VITIVINICULTURA**

5. AMBIENTE

6. COMUNICAÇÃO SOCIAL

7. CONSUMIDORES

8. EDUCAÇÃO

9. EMPRESAS

- **EMPRESAS PÚBLICAS**

10. ENERGIA

11. FINANÇAS

- **ACTIVIDADE SEGURADORA**
- **QUESTÕES ORÇAMENTAIS**

12. INCENTIVOS AO INVESTIMENTO

13. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

14. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **AÇORES**
- **MADEIRA**

15. SAÚDE

16. SEGURANÇA SOCIAL

17. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **COMUNICAÇÕES**

1. ADMINISTRAÇÃO ELECTRÓNICA E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

[DECRETO-LEI n.º 2/2011, de 06 de Janeiro](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS)

Concretiza uma medida do programa SIMPLEGIS através da alteração da forma de aprovação e do local de publicação de determinados actos, substituindo a sua publicação no Diário da República por outras formas de divulgação pública que tornem mais fácil o acesso à informação.

[DESPACHO n.º 1246/2011, de 14 de Janeiro](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS)

Aprova os formulários electrónicos de transmissão de dados pelas entidades abrangidas pelo âmbito de aplicação da base de dados da publicidade institucional do Estado e outras entidades públicas.

2. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

• PROTECÇÃO CIVIL

[DESPACHO n.º 207/2011, de 05 de Janeiro](#)

(MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES E DA SAÚDE)

Cria a plataforma de implementação do eCall em Portugal (PIeCall.pt)

• SEGURANÇA PÚBLICA

[DESPACHO n.º 207/2011, de 05 de Janeiro](#)

(MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES E DA SAÚDE)

Cria a plataforma de implementação do eCall em Portugal (PIeCall.pt)

[PORTARIA n.º 33/2011, de 13 de Janeiro](#)

(MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA)

Aprova a lista referencial de munições obsoletas.

3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

[PORTARIA n.º 4-A/2011, de 03 de Janeiro](#)

(MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)

Regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública.

[RESOLUÇÃO n.º 2/2011, de 12 de Janeiro](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS)

Lança o Programa de Eficiência Energética na Administração Pública - ECO.AP, de forma a alcançar um aumento da eficiência energética de 20 % até 2020.

4. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- **CAÇA**

[DECRETO-LEI n.º 2/2011, de 06 de Janeiro](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS)

Concretiza uma medida do programa SIMPLEGIS através da alteração da forma de aprovação e do local de publicação de determinados actos, substituindo a sua publicação no Diário da República por outras formas de divulgação pública que tornem mais fácil o acesso à informação.

- **FLORESTAS**

[DECRETO-LEI n.º 2/2011, de 06 de Janeiro](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS)

Concretiza uma medida do programa SIMPLEGIS através da alteração da forma de aprovação e do local de publicação de determinados actos, substituindo a sua publicação no Diário da República por outras formas de divulgação pública que tornem mais fácil o acesso à informação.

[DECRETO-LEI n.º 5/2011, de 10 de Janeiro](#)

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Estabelece as medidas destinadas a promover a produção e o aproveitamento de biomassa florestal.

[LEI n.º 1/2011, de 14 de Janeiro](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Prorroga por 365 dias o prazo de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 254/2009, de 24 de Setembro, que, no uso da autorização concedida pela Lei n.º 36/2009, de 20 de Julho, aprova o Código Florestal.

- **VETERINÁRIA**

[PORTARIA n.º 27/2011, de 10 de Janeiro](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Fixa as taxas devidas pelos actos relativos aos procedimentos e aos exames laboratoriais e demais actos e serviços prestados pela Direcção-Geral de Veterinária (DGV).

- **VITIVINICULTURA**

[PORTARIA n.º 30/2011, de 11 de Janeiro](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Classifica e define as entidades que se dediquem à produção ou comercialização de vinhos e de outros produtos vitivinícolas, sujeitas a inscrição no Instituto do Vinho do Douro e do Porto (IVDP, I. P.), nos termos do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 173/2009, de 3 de Agosto.

[PORTARIA n.º 37/2011, de 14 de Janeiro](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Designa a Comissão Vitivinícola Regional do Dão (CVR Dão) como entidade certificadora para exercer funções de controlo da produção e comércio e de certificação dos produtos vitivinícolas com direito à denominação de origem (DO) «Dão» e «Lafões» e à indicação geográfica (IG) «Terras do Dão».

5. AMBIENTE

[PORTARIA n.º 34/2011, de 13 de Janeiro](#)

(MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO)

Estabelece o conteúdo mínimo do regulamento de serviço relativo à prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos aos utilizadores.

[DECRETO-LEI n.º 6/2011, de 10 de Janeiro](#)

(MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO)

Adapta o registo das emissões e transferências de poluentes ao regime de prevenção e controlo integrados da poluição, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 127/2008, de 21 de Julho.

6. COMUNICAÇÃO SOCIAL

[DESPACHO n.º 1246/2011, de 14 de Janeiro](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS)

Aprova os formulários electrónicos de transmissão de dados pelas entidades abrangidas pelo âmbito de aplicação da base de dados da publicidade institucional do Estado e outras entidades públicas.

7. CONSUMIDORES

[DESPACHO n.º 122/2011, de 04 de Janeiro](#)

(ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS ENERGÉTICOS)

Aprova o procedimento do sistema de comunicações, execução e controlo de serviço de interruptibilidade.

[PORTARIA n.º 34/2011, de 13 de Janeiro](#)

(MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO)

Estabelece o conteúdo mínimo do regulamento de serviço relativo à prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos aos utilizadores.

8. EDUCAÇÃO

[PARECER n.º 1/2011, de 03 de Janeiro](#)

(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)

Emite Parecer sobre reorganização curricular do ensino básico.

[PARECER n.º 2/2011, de 03 de Janeiro](#)

(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)

Emite Parecer sobre metas de aprendizagem.

[PARECER n.º 4/2011, de 07 de Janeiro](#)

(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)

Emite Parecer sobre o Programa Educação 2015.

[PORTARIA n.º 36/2011, de 13 de Janeiro](#)

(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)

Clarifica o nível de qualificação decorrente da conclusão com aproveitamento e da certificação dos cursos básicos criados pela Portaria n.º 691/2009, de 25 de Junho.

[DESPACHO n.º 1251/2011, de 14 de Janeiro](#)

(MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)

Aprova o Regulamento do Programa de Bolsas de Estudo a Conceder pelo Instituto Camões, I. P.

9. EMPRESAS

• EMPRESAS PÚBLICAS

[RESOLUÇÃO n.º 1/2011, de 04 de Janeiro](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS)

Concretiza as orientações para aplicação da redução remuneratória nas empresas públicas de capital exclusiva ou maioritariamente público, das entidades públicas empresariais e das entidades que integram o sector empresarial regional e municipal.

10. ENERGIA

[DESPACHO n.º 122/2011, de 04 de Janeiro](#)

(ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS ENERGÉTICOS)

Aprova o procedimento do sistema de comunicações, execução e controlo de serviço de interruptibilidade.

[RESOLUÇÃO n.º 2/2011, de 12 de Janeiro](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS)

Lança o Programa de Eficiência Energética na Administração Pública - ECO.AP, de forma a alcançar um aumento da eficiência energética de 20 % até 2020.

[PORTARIA n.º 26/2011, de 10 de Janeiro](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO E DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO)

Aprova o Regulamento de Gestão do Fundo de Eficiência Energética.

[DECRETO-LEI n.º 5/2011, de 10 de Janeiro](#)

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Estabelece as medidas destinadas a promover a produção e o aproveitamento de biomassa florestal.

11. FINANÇAS

• ACTIVIDADE SEGURADORA

[NORMA REGULAMENTAR n.º 22/2010-R, de 06 de Janeiro](#)

(INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL)

Plano de Contas para as Empresas de Seguros - Altera a Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de Abril.

[NORMA REGULAMENTAR n.º 24/2010-R, de 12 de Janeiro](#)

(INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL)

Norma regulamentar n.º 24/2010-R: estabelece os índices trimestrais de actualização de capitais para as apólices do ramo «Incêndio e elementos da natureza» com início ou vencimento no 2.º trimestre de 2011.

• **QUESTÕES ORÇAMENTAIS**

[RESOLUÇÃO n.º 1/2011/M, de 03 de Janeiro](#)

(REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)

Pedido de declaração de inconstitucionalidade das alíneas g) e h) do n.º 2 e do n.º 3 do artigo 11.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, que aprova um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), por violação do disposto no n.º 7 do artigo 231.º da CRP.

12. INCENTIVOS AO INVESTIMENTO

[DECRETO-LEI n.º 5/2011, de 10 de Janeiro](#)

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Estabelece as medidas destinadas a promover a produção e o aproveitamento de biomassa florestal.

13. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

[DECRETO-LEI n.º 2/2011, de 06 de Janeiro](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS)

Concretiza uma medida do programa SIMPLEGIS através da alteração da forma de aprovação e do local de publicação de determinados actos, substituindo a sua publicação no Diário da República por outras formas de divulgação pública que tornem mais fácil o acesso à informação.

14. REGIÕES AUTÓNOMAS

• **AÇORES**

[DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 1/2011/A, de 05 de Janeiro](#)

(REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)

Aprova o Plano Regional Anual para 2011.

• **MADEIRA**

[RESOLUÇÃO n.º 1/2011/M, de 03 de Janeiro](#)

(REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)

Pedido de declaração de inconstitucionalidade das alíneas g) e h) do n.º 2 e do n.º 3 do artigo 11.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, que aprova um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução de défice

excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), por violação do disposto no n.º 7 do artigo 231.º da CRP.

[DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 1/2011/M, de 10 de Janeiro](#)

(REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)

Adapta à Região Autónoma da Madeira a Lei n.º 13/2006, de 17 de Abril, com a redacção dada pela Lei n.º 17-A/2006, de 26 de Maio, e pelo Decreto-Lei n.º 255/2007, de 13 de Julho, que estabelece o regime jurídico do transporte colectivo de crianças e jovens até aos 16 anos.

[DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 2/2011/M, de 10 de Janeiro](#)

(REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)

Aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2011.

[RESOLUÇÃO n.º 2/2011/M, de 10 de Janeiro](#)

(REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)

Aprova o Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração da Região Autónoma da Madeira para o ano de 2011.

15. SAÚDE

[DESPACHO n.º 47-A/2011, de 03 de Janeiro](#)

(MINISTÉRIO DA SAÚDE)

Estabelece as obrigações relativas aos acessos vasculares que passam a estar incluídos no preço compreensivo da hemodiálise.

[DECRETO-LEI n.º 3/2011, de 06 de Janeiro](#)

(MINISTÉRIO DA SAÚDE)

Institui o procedimento especial de obtenção do grau de especialista, por equiparação ao estágio da carreira dos técnicos superiores de saúde a que se refere o Decreto-Lei n.º 414/91, de 22 de Outubro.

[DECRETO-LEI n.º 8/2011, de 11 de Janeiro](#)

(MINISTÉRIO DA SAÚDE)

Aprova os valores devidos pelo pagamento de actos das autoridades de saúde e de serviços prestados por outros profissionais de saúde pública.

[PORTARIA n.º 31-A/2011, de 11 de Janeiro](#)

(MINISTÉRIO DA SAÚDE)

Define o limite mínimo do período de funcionamento semanal e o horário padrão a que está sujeito o período de funcionamento diário das farmácias de oficina, regula o procedimento de aprovação e a duração, execução, divulgação e fiscalização das escalas de turno, bem como o valor máximo a cobrar pelas farmácias de turno pela dispensa de medicamentos

não prescritos em receita médica do próprio dia ou do dia anterior e revoga a Portaria n.º 582/2007, de 4 de Maio.

[DECRETO-LEI n.º 7/2011, de 10 de Janeiro](#)

(MINISTÉRIO DA SAÚDE)

Dispõe que a abertura de farmácias se pode fazer vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, em articulação com o regime de turnos, alterando o Decreto-Lei n.º 53/2007, de 8 de Março.

16. SEGURANÇA SOCIAL

[DECRETO-LEI n.º 1-A/2011, de 03 de Janeiro](#)

(MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL)

Integra no regime geral de segurança social os trabalhadores bancários e outros trabalhadores inscritos na Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários para efeitos de protecção nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e velhice e extingue a Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários.

[DECRETO REGULAMENTAR n.º 1-A/2011, de 03 de Janeiro](#)

(MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL)

Procede à regulamentação do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro.

17. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

• COMUNICAÇÕES

[DESPACHO n.º 207/2011, de 05 de Janeiro](#)

(MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES E DA SAÚDE)

Cria a plataforma de implementação do eCall em Portugal (PIeCall.pt)

[DECRETO-LEI n.º 2/2011, de 06 de Janeiro](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS)

Concretiza uma medida do programa SIMPLEGIS através da alteração da forma de aprovação e do local de publicação de determinados actos, substituindo a sua publicação no Diário da República por outras formas de divulgação pública que tornem mais fácil o acesso à informação.